

TutPrv no RECURSO ESPECIAL Nº 1.846.156 - SP (2019/0325572-4)

RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE
REQUERENTE : JOSE CARLOS DE ALMEIDA - ESPÓLIO
REPR. POR : NADJANAIRA BARENCO ACETI HERDY DE ALMEIDA -
INVENTARIANTE
ADVOGADO : DENIS ESPAÑA - SP216349
REQUERIDO : BANCO BRADESCARD S.A.
ADVOGADO : MATHEUS STARCK DE MORAES - SP316256

EMENTA

PETIÇÃO COM PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PARA A CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO AO RECURSO ESPECIAL. PEDIDO INDEFERIDO.

DECISÃO

Cuida-se de pedido de tutela de urgência, requerido por José Carlos de Almeida (espólio), pretendendo a concessão de efeito suspensivo ao recurso especial por ele interposto.

Na origem, o insurgente interpôs agravo de instrumento contra decisão que, nos autos do cumprimento de sentença promovido em desfavor do Banco Bradescard S.A., determinou, ao exequente, a elaboração de novos cálculos do débito, considerando a incidência da *astreinte* por ato de cobrança indevida.

A Vigésima Segunda Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo negou provimento à insurgência, em acórdão assim ementado (e-STJ, fls. 354-364):

AGRAVO DE INSTRUMENTO FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA FIXAÇÃO DE ASTREINTES NA FASE DE CONHECIMENTO QUE NÃO FAZ COISA JULGADA MATERIAL PRECEDENTE DO C. STJ MULTA VENCIDA QUE TAMBÉM PODE SER REVISTA A QUALQUER TEMPO AO TEOR DA INTERPRETAÇÃO CONFERIDA AO ART. 537, § 1º, CPC, EM OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO QUE VEDA O ENRIQUECIMENTO ILÍCITO E AO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE MULTA QUE SE TORNOU EXCESSIVA E COMPORTA REDUÇÃO DECISÃO QUE

MERAMENTE ENCAMINHOU PROPOSIÇÕES AO ARBITRAMENTO DA MULTA, SEM DEFINIR O SEU VALOR - DEMAIS MATÉRIAS SUSCITADAS PELO AGRAVANTE QUE NÃO FORAM OBJETO DE APRECIÇÃO PELO JUÍZO A *QUO* IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO DIRETAMENTE PELO TRIBUNAL.

- Recurso desprovido na parte conhecida.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, fundamentado nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, José Carlos de Almeida (espólio) apontou, além de divergência jurisprudencial, violação aos arts. 505 a 508, 537, § 1º, e 1.022 do CPC/2015.

Alegou, em síntese, que a decisão agravada, a qual determinou a elaboração de novos cálculos do débito exequendo com a incidência da *astreinte* por ato de cobrança indevida, ofendeu a coisa julgada, porquanto a sentença que arbitrou multa diária não foi objeto de recurso.

Ressaltou a impossibilidade de modificação do valor e da periodicidade da multa, pois encontra-se vencida.

Contrarrazões apresentadas às fls. 463-470 (e-STJ).

No pedido concessão de efeito suspensivo ao recurso especial, sustenta, como *periculum in mora*, o risco de danos irreparáveis que a decisão causará à requerente ao ser determinada a apresentação imediata de cálculos de liquidação de sentença sem a correta aplicação da multa diária fixada na fase de conhecimento.

Com relação ao *fumus boni iuris*, alega estar devidamente demonstrada a ofensa aos dispositivos legais suscitados nas razões do recurso especial, notadamente diante da não observância do sistema preclusivo adotado pelo CPC/2015.

Brevemente relatado, decido.

Com efeito, a concessão de efeito suspensivo a recurso especial e a agravo em recurso especial demanda a demonstração inequívoca do *periculum in mora*, evidenciado pela urgência da prestação jurisdicional a fim de evitar dano de difícil ou incerta reparação, e do *fumus boni iuris*, consistente na probabilidade do direito alegado, capaz de

denotar a possibilidade de êxito do recurso especial.

No caso em análise, o Tribunal de origem manteve a decisão do Magistrado de primeiro grau que, nos autos do cumprimento de sentença promovido em desfavor do Banco Bradescard S.A., determinou, ao exequente, a elaboração de novos cálculos do débito, considerando a incidência da *astreinte* por ato de cobrança indevida.

Quanto à probabilidade do direito, ao menos nesse juízo perfunctório, constata-se que o acórdão recorrido se alinhou ao entendimento desta Corte Superior, segundo o qual a decisão que fixa *astreinte* não faz coisa julgada material, podendo ser revista a qualquer tempo.

Confira-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA RECURSAL DO AGRAVANTE.

1. É lícito ao magistrado, conforme autorizado pelo § 1º do artigo 537 do CPC/15, a requerimento da parte ou de ofício, alterar o valor e a periodicidade da multa, quando entender ser esta insuficiente ou excessiva. Precedentes do STJ.

2. A jurisprudência desta Casa é iterativa no sentido de que a decisão que comina a multa não preclui nem faz coisa julgada material. Assim, é possível a modificação do valor dessa sanção até mesmo de ofício, a qualquer tempo, inclusive na fase de execução, quando irrisório ou exorbitante.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp n. 1.221.517/PR, Relator o Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 2/10/2018, DJe 10/10/2018)

Ademais, constata-se que o requerente não se desincumbiu do ônus de demonstrar, concretamente, o perigo na demora da prestação jurisdicional, pois, na hipótese, não há determinação judicial de ato executório, apenas de elaboração de novos cálculos do débito exequendo.

Portanto, não se vislumbra a presença dos requisitos no caso vertente, consoante acima delineado.

Desse modo, ausentes os requisitos necessários à concessão da tutela

Superior Tribunal de Justiça

provisória, indefiro o presente pleito, nos termos do art. 288, § 2º, do RISTJ.

Publique-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator